

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

ADRIANE MARCHESE CHIODI

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: FORTALECER O ENVOLVIMENTO DA
COMUNIDADE NA ESCOLA.**

PORTO ALEGRE

2015

ADRIANE MARCHESE CHIODI

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: FORTALECER O ENVOLVIMENTO DA
COMUNIDADE NA ESCOLA.**

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC
apresentado ao programa de Pós-graduação
em Educação Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-
FACED, como requisito ao título de
Especialista em Gestão Escolar, do
Programa Nacional de Gestores da Educação
Básica/MEC

Orientadora: Profa. Luciana Paz Comerlatto

PORTO ALEGRE

2015

RESUMO

Este estudo buscou analisar os mecanismos de envolvimento da comunidade na escola, especialmente no Projeto Político-Pedagógico construído e na sua reelaboração. A pesquisa de caráter qualitativo buscou analisar as respostas nos encontros e no questionário aplicado à comunidade escolar que apontaram as conquistas e os desafios no processo educativo. O mesmo propôs a reelaboração com o envolvimento da comunidade escolar nas diferentes fases do processo, a fim de que se reconstrua o Projeto Político-Pedagógico criando espaços de envolvimento, conhecimento e valorização da diversidade étnica e cultural de todos os membros da comunidade, valorizando o envolvimento/participação social e coletivo. Este trabalho tem como embasamento teórico alguns autores como Vitor Paro (1997,2000) que possibilitou discussões sobre a participação, gestão escolar e o envolvimento dos sujeitos no projeto da escola, Ilma P. Veiga (1995) que discute sobre a direção do Projeto Político-Pedagógico e o rumo dos projetos da escola, Naura S. C. Ferreira (2006) que apresenta questões sobre a gestão democrática e Paulo R. Padilha (2001) que diz que para intervir de forma democrática e participativa os momentos de encontro devem ser como uma festa. Em síntese, os documentos oficiais da atualidade apontam regularmente para a importância da participação dos profissionais da educação e membros da comunidade escolar nas decisões tomadas na escola e na elaboração do Projeto Político-Pedagógico de cada instituição. Portanto para fortalecer o envolvimento das famílias e da comunidade escolar, o Projeto buscou uma maneira de entender melhor a importância e como fortalecer o envolvimento da comunidade na escola e no acompanhamento do processo de aprendizagem dos seus filhos.

Palavras-Chave: Envolvimento; Comunidade; Projeto Político-Pedagógico; Gestão Democrática.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	6
3	A REELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL.....	9
3.1	CONHECENDO O ESPAÇO ESCOLAR.....	10
3.2	OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO À LUZ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO.....	11
4	DISCUTINDO A REELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA.....	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
	REFERÊNCIAS.....	24
	APÊNDICE	27

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma contribuição teórica metodológica com um projeto de intervenção realizado durante o curso. Sabe-se que o Projeto Político-Pedagógico é um dos pilares mais fortes na construção de uma gestão democrática. Por isso, construir e reconstruir o Projeto, redimensionar os caminhos de uma escola, é antes de tudo acreditar no humano que ali se integra.

Partindo da necessidade de fortalecer a coletividade no trabalho pedagógico tem-se por objetivo neste trabalho, analisar os mecanismos de envolvimento da comunidade na escola, especialmente no Projeto Político-Pedagógico construído e na sua reelaboração. Nesse sentido, por tratar-se de um documento fundamental da escola na busca da identidade, sua elaboração exige a participação de todos os envolvidos no processo educativo, no âmbito da instituição.

Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre a importância da reelaboração do Projeto Político- Pedagógico e assim, o envolvimento e a interação da comunidade escolar no processo educativo dos sujeitos em uma escola pública estadual do interior do Rio Grande do Sul, procurando entender porque a maioria da comunidade escolar não conhece o Projeto Político-Pedagógico e também entender a ausência da família no processo educativo nesta escola, realimentado pelo projeto de intervenção: A reelaboração do Projeto Político-Pedagógico e a importância da parceria entre a comunidade escolar e a escola no processo educacional.

É em torno dessas questões que se concentram as reflexões. Para norteá-las, buscou-se suporte na teoria de alguns autores renomados, com publicações de merecido destaque nessa área (GADOTTI, 1998 e 2001; PARO, 2002 e 2005; THIOLENT, 2002; ADRIÃO e CAMARGO, 2002; VIEIRA, 2008; GALINA e CARBELLO, 2008; DOURADO, 2004; FERREIRA, 2006; MARTINS, 1998; PADILHA, 2003,2001;VEIGA, 1998,1995,2000 e TRIPP, 2005). A intencionalidade deste estudo não está em fornecer uma receita para a construção do Projeto Político-

Pedagógico e fortalecer o envolvimento da comunidade escolar, todavia, sua contribuição poderá servir como base ou ponto de partida para possíveis discussões, na escola, no aprofundamento desse tema.

A pesquisa foi realizada por etapas: a primeira fase foi utilizado como instrumento, um diário de campo com anotações, questionários, reuniões com grupos focais, direção e coordenação pedagógica e em seguida, com todos os segmentos da comunidade escolar. De acordo com Thiollent, (2002, p. 75): "[...] com a orientação metodológica da pesquisa-ação, os pesquisadores em educação estariam em condição de produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive ao nível pedagógico [...]". Na segunda, fase foi utilizado a aplicação de questionários e conseqüentemente a reelaboração do artigo científico e execução das novas ações necessárias para uma escola que é desafiada a incluir todos em todo o tempo, buscando perceber a riqueza e a complexidade que reside nas inter-relações entre as várias instâncias da comunidade escolar.

De fato, os obstáculos para a gestão democrática na escola pública são inúmeros, principalmente quando se trata de incluir o envolvimento da comunidade. O sistema de governo vigente muitas vezes não dá abertura para que o envolvimento/participação, de fato, ocorra. O exercício da democracia se dá apenas através do voto e priva a população "de processos que, durante os quatro anos de mandato, permitiriam controlar as ações dos governantes no sentido de atender aos interesses das camadas populares". (PARO, 2002 p. 16).

Nesse sentido, procurou-se percorrer alguns caminhos, no capítulo I: a introdução, onde se traduz um dos pilares da educação, o objetivo deste trabalho, alguns suportes teóricos e o desenvolvimento da pesquisa; no capítulo II: entender a importância do Projeto Político-Pedagógico na escola e os desafios a serem enfrentados para a construção do novo, tentando perceber a riqueza e a complexidade que existe na organização do trabalho escolar; no capítulo III: elaboração do Projeto Político-Pedagógico, conhecimento do espaço escolar e caminhos metodológicos, possibilidades e desafios para uma gestão democrática e no capítulo IV: discutir a reelaboração do Projeto Político-Pedagógico na relação teoria e prática e por fim, as considerações finais de todo o trabalho como um

processo, que como tal precisa do seu tempo, mas que possibilita essa aproximação comunidade e escola.

É bem verdade que o Projeto Político-Pedagógico de uma escola se firma como um importante instrumento para a concretização da gestão democrática, uma vez que a elaboração coletiva do mesmo possibilita a aproximação entre a escola e a comunidade, essencial para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

2. A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Entende-se que toda mudança e construção do novo, além de ser um desafio, é um processo, e que não se constrói a partir de decisões de alguns poucos. As mudanças na gestão não acontecem automaticamente e, algumas vezes, faz-se necessário retrocessos, para que se aproxime do ideal desejado. Nessa perspectiva Paro (1997) nos convida a estarmos atentos para o fato de que,

A participação democrática não se dá espontaneamente; sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, poder altamente concentrado e de exclusão de divergências nas discussões e decisões. (PARO, 1997 p.37).

Pensar a escola e a construção de seu projeto de vida requer que se estabeleça alguns conceitos que fundamentam este projeto, sendo suas bases a visão de sociedade a qual corresponde à gestão democrática participativa, organização escolar, finalidade da escola como construtora da cidadania e as ambiguidades da atuação do gestor/diretor, no que estabelece a dimensão da qualidade.

Paro (2000, p. 152), nos diz que é necessária uma gestão escolar articulada com a transformação social, fundamentada em objetivos educacionais representativos dos interesses de amplas camadas da população e que leve em conta a especificidade do processo, este determinado por estes mesmos objetivos.

No entanto, é imprescindível que o Projeto Político-Pedagógico esteja baseado numa proposta educativa que torne a aprendizagem mais significativa onde toda comunidade escolar possa se envolver e participar, fortalecendo a gestão democrática na escola pública.

De acordo com Padilha (2001, p.25), deve-se

”[...] pensar em estratégias, em uma metodologia de trabalho que reconheça esse momento como uma festa da escola cidadã, ou seja, como um momento que permite uma leitura de mundo no sentido de conhecer a realidade local e intervir de forma democrática e participativa[...]”. (PADILHA, 2001 p. 25).

Acredita-se que o incentivo para o envolvimento na reelaboração do Projeto Político-Pedagógico ajuda a consolidar muitos princípios. Como afirma Gadotti (1994)

[...] aluno aprende apenas quando se torna sujeito de sua aprendizagem. E para ele tornar-se sujeito de sua aprendizagem ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte, também do seu projeto de vida. Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico [...]. (GADOTTI, 1994 p.12).

Analisando a parte legal, o Projeto Político-Pedagógico, trata-se de um importante instrumento de diagnóstico e transformação da realidade escolar. Não se trata apenas de elaborar um documento, mas de forma fundamental, implantar um processo de ação – reflexão. É uma forma democrática de tomar as decisões, com o objetivo de pensar as dificuldades encontradas e juntos buscar soluções para os problemas, superando as dificuldades e os desafios encontrados.

Dessa forma, articular e construir um projeto que haja o envolvimento de todos, é necessário, acima de tudo, a organização e sistematização para tornar esse espaço, de fato, de envolvimento. No entanto, trabalhar coletivamente, apesar de ser muito proveitoso para a escola, não é tarefa fácil, mesmo assim como destaca Veiga (2000) é um passo importante, até mesmo para que a escola aprenda a trabalhar em conjunto e assim vencer conflitos diversos. Para Veiga (2000),

O Projeto Político Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizando a burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2000 p.15).

Assim, pode-se dizer que essa construção coletiva favorece também uma quebra de paradigmas na instituição, tirando a responsabilidade e as decisões somente da direção da escola, dividindo as responsabilidades com todos os envolvidos no processo educativo. Entretanto, é importante ter claro que a construção dele não é apenas uma exigência legal, mas um avanço que revela uma organização, construído por todos aqueles que fazem parte do processo, realizando mudanças que são necessárias para um ensino de qualidade.

Entretanto, o Projeto Político-Pedagógico deve ser entendido como um produto, um plano e não algo construído para ser arquivado, ficar engavetado ou ser encaminhado às autoridades para cumprir tarefas burocráticas. Ele é resultado de um processo de trabalho coletivo da escola e deve ser reconstruído sempre que necessário e vivenciado constantemente por todos os envolvidos. Ele se constitui como algo de permanente reflexão e discussão dos problemas, das propostas, da organicidade e da intencionalidade da escola. Sendo assim, ele não significa a mera elaboração de planos, que só se prestam a cumprir exigências burocráticas, como apresenta Veiga,

[...] O projeto busca um rumo uma direção. É uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola e, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sóciopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 1995 p.13).

Nesta reconstrução do Projeto Político-Pedagógico pensou-se em uma clara direção de projeto, de sociedade que queremos construir, dos sujeitos que queremos formar. Posicionamo-nos como queremos que seja nossa escola, que

conhecimentos e que cultura ela deve priorizar no seu trabalho educativo, como ela vai trabalhar com o saber construído pelos educandos e educadores, que relação ela vai estabelecer com a comunidade onde está inserida e como a comunidade escolar vai se envolver para a construção e organização do trabalho escolar.

3. A REELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre a importância da reelaboração do Projeto Político-Pedagógico e assim, sobre o envolvimento e a interação da comunidade escolar no processo educativo dos sujeitos de um colégio estadual no interior do estado do Rio Grande do Sul. Procurando entender porque a maioria da comunidade escolar não conhece o Projeto Político-Pedagógico e também entender a ausência da família no processo educativo nesta escola, realimentado pelo projeto de intervenção: A reelaboração do Projeto Político-Pedagógico e a importância do envolvimento da comunidade escolar no processo educacional.

O trabalho coletivo, envolvendo representações da comunidade escolar e local em todas as atividades desenvolvidas no espaço escolar, é a forma mais adequada para a escola consolidar a gestão democrática. Conforme declara FERREIRA, a gestão democrática se concretiza na prática de forma coletiva quando:

[...] se tomam decisões sobre todo o Projeto Político- Pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos, necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recursos humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de avaliação e o tempo para sua realização. É quando se organiza e se administra coletivamente todo esse processo [...]. (FERREIRA, 2006 p. 310).

Frente a essa rapidez tecnológica e cultural da atualidade, o desafio é de formar cidadãos críticos e inovadores, por isso, exige do gestor uma postura democrática com coragem para romper com os velhos paradigmas. O envolvimento

coletivo estabelece relações entre os indivíduos dos diversos segmentos que representam a identidade da escola, gerando transparência e conseqüentemente qualidade na educação.

3.1 CONHECENDO O ESPAÇO ESCOLAR

O Colégio pesquisado localiza-se na zona urbana, interior do estado do Rio Grande do Sul, distante aproximadamente 210 km de Porto Alegre, distante de universidades e com estradas em condições precárias. O colégio existe desde março de 1993, com treze salas de aula, uma cozinha e quatro banheiros sendo dois masculinos e femininos. Para fins administrativos, conta com uma sala de diretoria, uma sala de orientação, um laboratório de informática, uma sala de videoteca, sala dos professores, pátio e ginásio para recreação e momentos de encontro, refeitório e uma secretaria. Não possui biblioteca, laboratório de ciências e nem local propício para encontros. É uma escola pública composta por 47 professores/servidores e aproximadamente 380 alunos de ensino fundamental e médio, faixa etária entre 06 e 19 anos, oriundos da comunidade e região, o funcionamento é nos turnos matutino e vespertino.

Quanto ao nível de escolaridade dos pais ou responsáveis, a maioria deles tem o ensino fundamental incompleto, alguns são analfabetos, outros com pouca escolaridade. Os alunos, a grande maioria são filhos de trabalhadores rurais. Isso é um dos motivos que tem dificultado o trabalho escolar dos docentes, pois muitos alunos possuem uma jornada de trabalho exaustiva em propriedades rurais, ou em estabelecimento comercial, doméstico ou outra atividade que favoreça melhor condição de vida, porque alguns alunos tem sua família estruturada, mas outros vivem só com a mãe ou com avó e alguns administram sua vida sozinhos.

A comunidade do Colégio é formada por 380 famílias. Algumas famílias que são da zona urbana trabalham em setores da indústria e do comércio ou em cargos públicos, a maioria é assalariada e as famílias da zona rural, que são a maioria no colégio, exercem atividades de agricultura como plantação de milho, feijão, fumo e

especialmente erva-mate. Algumas famílias dedicam-se a produção de leite, criação de suínos/ frangos e plantação de hortifrutigranjeiros.

Outro fator que dificulta a aprendizagem dos alunos e que se pretende corrigir é a falta de interesse e envolvimento dos pais/responsáveis pela escola. Talvez falta os pais/responsáveis motivar o aprendizado dos filhos, muitos não conseguem motivar por se julgarem analfabetos, outros, talvez, por se dedicarem muito as suas atividades e por não reconhecerem a importância dos estudos, dizem que eles não sabem como lidar com os problemas escolares, sendo esta, tarefa exclusiva dos professores.

Dessa forma, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola pode ser entendido como um processo de mudança e uma proposta de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades da escola com toda a comunidade. Nosso compromisso baseia-se em proporcionarmos à comunidade escolar um ensino de qualidade que resulte em um processo de aprendizagem, onde todos tenham acesso ao saber historicamente produzido pelo homem e a partir dele sejam capazes de construir uma sociedade justa, crítica e democrática.

3.2 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO A LUZ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Tripp (2005, p.446) afirma que a pesquisa-ação no campo educacional é uma estratégia que segue a mesma base cíclica da investigação-ação na qual “planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhoria de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação”. Sendo assim, a pesquisa-ação começa com um reconhecimento, uma análise situacional que produz ampla visão do contexto da pesquisa-ação, das práticas atuais e dos participantes envolvidos.

Essa pesquisa é um processo de reflexão-ação que ajuda a todos os segmentos da comunidade escolar a ter clareza, promovendo mudanças atitudinais necessárias para assegurar uma boa formação, e de fato, uma boa escola.

Identificadas as necessidades de cada segmento da escola, o trabalho desenvolveu-se de maneira flexível, sem, contudo, desviar-se dos rumos propostos, dentro de um padrão metodológico sustentado em princípios norteadores da Educação Nacional.

Para operacionalizar as atividades, usaram-se como instrumento um diário de campo com anotações, questionários, reuniões com grupos focais, direção e coordenação pedagógica e em seguida, com os demais segmentos da comunidade escolar. De acordo com Thiollent, (2002, p. 75): "[...] com a orientação metodológica da pesquisa-ação, os pesquisadores em educação estariam em condição de produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive ao nível pedagógico". Neste sentido, é possível ter condições para pensar ações e transformações de muitas situações escolares.

Para compreender, foi realizado um levantamento através de reuniões e a aplicação de um questionário em fevereiro deste ano. A pesquisa foi realizada em reunião extraordinária realizada pela coordenação pedagógica que estendeu o convite a aproximadamente 380(trezentos e oitenta) pais. Para facilitar a tabulação dos dados o questionário foi organizado em alternativas a serem marcadas pelos pais.

Na primeira etapa, fez-se a identificação e definição do problema, estabelecendo as possibilidades de diversas ações para solucioná-lo com todos os segmentos da comunidade escolar. Para tanto se utilizou a aplicação de um questionário para saber até onde existia o conhecimento do Projeto Político-Pedagógico e envolvimento de cada segmento no processo educativo. Questões como: Qual é o conhecimento que você tem do Projeto Político-Pedagógico? O que você pensa sobre o mundo em que vivemos? Procure destacar aspectos positivos e negativos que você percebe na família, na escola, na cultura, na política entre outros elementos da sociedade. Que tipo de sociedade queremos construir? Como você imagina a escola ideal, capaz de ajudar a construir a sociedade que queremos no mundo em que vivemos? Este questionário incluiu perguntas que permitiram aos participantes especificar e contextualizar as situações e os problemas.

A segunda etapa incluiu a ação propriamente dita. Nesse processo foi aproveitada a ocasião para envolver a comunidade escolar, procurando promover um ambiente de confiança entre os integrantes da escola no sentido de firmarem

uma responsabilidade compartilhada por todos. Nesse sentido, as questões abordadas, especialmente aos pais, foram: Você conhece o Projeto Político-Pedagógico da escola e participou da sua construção? Qual é seu grau de instrução? Você participa das atividades da escola e por quê? Você vai à escola com qual frequência e participa dos seus projetos? Qual é a importância que você acha que tem a educação escolar na vida do seu filho? Para você qual é a função da escola? O que você espera da escola para seu filho? Como são recebidos quando vão à escola?

A análise dos dados foi realizada manualmente com os questionários respondidos por 60 participantes, representantes dos pais. Foram entregues 180 questionários no encontro e retornaram 60 respondidos. As informações obtidas por meio desses questionários foram organizadas e listadas. Constatou-se que a elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola no ano de 2002 apesar de ter sido um marco significativo na busca da gestão democrática, já não contempla as reais necessidades da comunidade escolar e local, por não levar em consideração as transformações ocorridas nos últimos anos e as necessidades específicas dos alunos, culminando na reelaboração do Projeto Político-Pedagógico.

Quanto à reunião para pensar no projeto, a grande maioria dos pais tinham pressa demais de ir para casa, diziam que eles queriam saber dos filhos, das notas e que não teriam vindo à reunião para falar do que não lhes interessava, então nós da equipe diretiva tentávamos acalmá-los e dizíamos que nós estávamos pensando a escola, num projeto, mas foi difícil demais, os pais diziam “... isso é vocês que sabem, nós não entendemos nada”.

O primeiro desafio encontrado foi conseguir trazer a comunidade escolar à escola. No primeiro encontro estiveram presentes 3% dos pais. No segundo encontro denominado “roda de conversa” aconteceram algumas atividades culturais apresentadas pelos alunos e ofereceram-se bombons, estiveram presentes aproximadamente 10% dos pais e num terceiro encontro que se denominou “encontro da família” que na ocasião além de algumas apresentações ofereceram-se lanches, estiveram presentes aproximadamente 50% dos pais.

Neste encontro, após muito diálogo, percebeu-se a necessidade da reelaboração do projeto da escola, visto que nossa visão de mundo sempre muda e

que nossas ações precisam ser revistas. Foi apresentado o projeto elaborado dizendo que ele será a alma do colégio, com os pensamentos e anseios coletivos de toda a equipe, fazendo com que todos percebam o quanto são importantes e essenciais no processo de aprendizagem, após apresentaram-se os alunos e por fim, saborearam-se os lanches.

Quanto a pergunta de como são recebidos quando vão à escola, dizem que as poucas vezes que foram à escola sempre foram bem recebidos, ouvidos e atendidos nas questões que foram resolver.

No questionamento sobre a importância da educação na vida dos filhos, 30% acham importante porque eles dizem que os filhos podem ter uma vida menos sofrida e os outros 70% não acham que seja muito importante, dizem que eles podem ganhar muito mais dinheiro fazendo serviços braçais do que estudando, o importante é o financeiro e não o conhecimento.

A responsabilidade da escola de acordo com os pais seria cuidar, educar, ensinar a ler, escrever e fazer cálculo, outros acreditam que a função social da escola é ensinar o exercício da cidadania. Já para 5% desses pais o papel da escola é ensinar o aluno a conviver com outras pessoas e para apenas 2% dos pais entrevistados a função da escola é ensinar uma profissão ou outra função não especificada. Observa-se o quanto a educação tradicional ainda está arraigada nos dias atuais, sob a concepção da própria família que ainda compreende educação formal como o ensinar a ler e escrever de forma mecânica sem levar muito em consideração a função puramente social da escola de formar sujeitos, desenvolvendo o processo de socialização do aluno de forma a prepará-lo desde seu início de escolaridade para o mundo que o cerca.

Quando perguntados sobre como eles tem acompanhado o estudo do seu/sua filho (a), eles dizem que não tem tempo para acompanhar e os que dizem que acompanham, pergunto como é feito este acompanhamento e eles dizem "... eu pergunto todos os dias, fez o tema?" Cabe à escola em seu contexto fazer a sua parte no favorecimento, possibilitando vias de acesso a esse público, a fim de que ambos cumpram seus papéis em todos os processos educacional, familiar e social.

Na questão sobre a participação efetiva na escola e nas atividades, nota-se que os pais se sentem inibidos ao admitirem que não participam da escola e das suas atividades e acabam omitindo sua não participação.

Quando perguntados: Você vai à escola com qual frequência? Participa dos projetos? Os pais respondem que não costumam ir, porque não acham importante. Dizem que vão as reuniões quando podem, porque eles têm que trabalhar durante o dia e de noite estão cansados. Dizem que se tem algum problema eles esperam que a direção os avise e que se ninguém avisou nada é porque está tudo bem. A partir das respostas, observou-se, portanto que até mesmo o diálogo é rotineiro e comum, pois os pais sabem pouco sobre seus filhos, sua rotina, suas dificuldades e até demonstram dúvida quanto a série/ano que seu filho frequenta. Isso de certa forma explica a pouca importância que estes dão ao acompanhamento da vida educacional dos filhos. Os pais não têm muitas expectativas para a formação de seus filhos na escola, 38% dos pais disseram que esperam que a escola os prepare para a vida, 15% esperam que a escola os prepare para o ENEM, outros 47% esperam que a escola os prepare para o mercado de trabalho, atribuindo essa responsabilidade somente à escola. Um fator importante observado é a infrequência de visitas dos pais à escola. Sobre isso, 5% responderam que sempre vão à escola, outros 15% disseram que só vão às reuniões, e apenas 10% admitiram que nunca vão à escola, o que de fato não é verdade essa mínima porcentagem.

Sobre o Projeto Político-Pedagógico 8% dizem ter ouvido essa palavra, mas não tem muita noção do que significa e 92% nunca ouviram essa palavra e muito menos o que significa.

Sendo assim, do total de todos os segmentos questionados sobre o conhecimento do Projeto Político-Pedagógico do Colégio, cerca de 80% dos entrevistados mostraram desconhecer ou nunca ter participado da elaboração. Sendo assim, fez-se necessário a reelaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico. Contudo, ainda existe muita resistência quanto a interação/participação efetiva.

Em relação à escolaridade dos pais, cerca de 50% disseram ter o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, 15% do total declarou possuir nível de escolaridade de 5ª a 8ª séries e 15% concluíram o ensino médio. Por outro lado, 12% disseram ter

apenas a alfabetização e 8% possuem o nível superior. Assim, observa-se que o grau de instrução dos pais é baixo, o que de certa forma influencia no resultado encontrado na escola.

Os funcionários e professores quando perguntados sobre sua participação nas reuniões de planejamento e atividades da escola, 50% dos professores dizem participar, mas não se sentem envolvidos, porque eles estão frustrados demais com o sistema educacional e com o descaso com a educação por parte dos governos, porque pensam em projetos de governo e não em um comprometimento com a educação de fato, fazendo dos professores e dos alunos, cobaias; os outros 50% dizem não poder participar pela disponibilidade de tempo, por serem contratados e cedidos para outras CREs e residirem em outro município, os professores chegam trabalhar em 6 escolas de diferentes municípios, no entanto, eles conseguem apenas dar as aulas; e os funcionários dizem que na medida do possível, mesmo sem vontade, participam porque se sentem obrigados. Quanto ao Projeto Político-Pedagógico 50% desconhecem.

Pretendeu-se envolver os diferentes segmentos da comunidade escolar nos projetos, nas decisões e na reelaboração do Projeto Político-Pedagógico. Assim, algumas ações foram realizadas: mobilização da comunidade escolar através de reuniões para conscientizar sobre a necessidade do envolvimento e comprometimento de todos; encontros de estudo para informações e troca de ideias; aplicação de instrumentos para melhor conhecer a comunidade escolar e saber o que conhecem da escola, o que pensam e pretendem, através de questionário; organizar os dados coletados e por fim, traçar com toda comunidade escolar metas e ações para tornar a escola desejada pela comunidade escolar.

Portanto, acredita-se que uma escola forte, participativa e democrática é uma escola onde seus membros sintam-se a vontade em nela estar, permanecer e ter o prazer de desfrutar do convívio com os demais; uma escola onde as reuniões de pais sejam para se discutir mudanças significativas para o processo ensino-aprendizagem e não para se discutir punição para alunos e a rotulação dos mesmos, ou seja, é preciso que os pais percebam a capacidade dos filhos em enfrentar os desafios na escola e neles confiem. As reuniões devem ser momentos de explicar o planejamento pedagógico, as ações já realizadas e a evolução do aprendizado dos

alunos. Os pais precisam entender o que os filhos sabem e o que não sabem e também compreender o sentido da escola na vida do ser humano.

4. DISCUTINDO A REELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O fato de existirem Leis Federais que assegurem a gestão democrática nas escolas públicas, não é garantia de que todos possam participar nas decisões, por entender que não se efetiva a gestão democrática na escola sem o envolvimento e a participação concreta dos seus segmentos.

Educar na perspectiva democrática implica em possibilidades, avanços, retrocessos, debates, disputas e exercício da cidadania historicamente negada. Nesse sentido, pensamos que um Projeto Político-Pedagógico deve ser fruto de debates e ações participativas na escola, entendido como um projeto coletivo, que no cotidiano da escola sofre modificações.

Analisando o desenrolar da história do homem, os direitos foram conquistados através de lutas e movimentos políticos e sociais em todo mundo e através de acordos de tolerância e de promoção do desenvolvimento humano acordado entre países e dentro de cada país. Segundo a Declaração de Direitos Humanos – DDH todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

A realidade é muitas vezes como dizem as autoras Galina e Carbello (2008)

[...] Como educadora do sistema público de ensino e tendo acompanhado as discussões inerentes à temática pode-se notar certa angústia por parte dos envolvidos no processo educacional, especialmente em razão das controvérsias que ainda existem entre o que determina a lei e o que realmente acontece no cotidiano escolar [...]. (GALINA e CARBELLO, 2008 p.2).

O diretor se depara com o cumprimento de leis superiores, o que o torna “um mero preposto do estado”, como afirma Vitor Paro (2005, p. 11). Galina e Carbello (2008) também falam sobre a autonomia do diretor

[...] Essa pseudo-autonomia do diretor é também uma síntese da autonomia da própria escola. E se lhe falta autonomia, a comunidade usuária, representada pelos trabalhadores, também fica privada de uma das instâncias por meio da qual poderia se apropriar do saber e da consciência. Queremos assim dizer que a escola tem sido um espaço de muitas contradições. Existe todo um discurso democrático e de inserção da comunidade no processo decisório, mas ainda não foram criadas condições para que essa prática se efetive[...]. (GALINA e CARBELLO, 2008 p.6).

De fato, a escola expressa um projeto social e, por isso, ela caminha para uma intencionalidade coletiva e social, mas ela depende das políticas de gestão pública. Portanto, sua autonomia está, de um lado, limitada pelas necessidades e condições reais da comunidade escolar e, do outro, pelas políticas públicas: o fundo público destinado à escola para gerir seus gastos internos, políticas de formação continuada, regimes de trabalho, política de eleição dos diretores, cumprimento do calendário escolar, diretrizes e legislações em educação. Há de se questionar, portanto, qual o papel da gestão como definidora de políticas públicas? Enfim, qual o sentido do envolvimento/participação e da autonomia na escola?

No entanto, os interesses conflitantes do processo de democratização da gestão escolar não avançaram de forma linear, seguindo caminhos contraditórios, que dificultaram e ao mesmo tempo desafiaram novas estratégias de ação. A história mostra uma tradição de gestão de cunho “fortemente centralizador” (VIEIRA 2008, pg.142). A autora evidencia que a luta em busca da democratização da escola pública contribuiu para a aprovação do princípio da gestão democrática, consagrado na Constituição Federal Brasileira de 1988, determinando em seu art. 206, inciso VI, “a garantia de gestão democrática no ensino público, em forma de Lei”. Na década seguinte, com a aprovação da nova LDB, atribui-se um sentido amplo à educação, abrangendo os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, na pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, definindo a educação escolar como aquela disciplinada pela legislação, que estabelece um vínculo entre a escola, o mundo do trabalho e a prática social.

Para Adrião e Camargo (2002, p. 70), ainda que represente um avanço, a simples presença no texto legal de quaisquer medidas democratizadoras, não implica em sua execução. “Eis parte da ambiguidade que acompanha as conquistas no plano da lei: as contradições entre o proposto e o implementado”.

Deste modo, reafirma-se a necessidade e a obrigatoriedade do Estado de elaborar parâmetros claros para orientar o ensino de maneira a adequá-lo aos ideais democráticos. Consideramos que a LDB atual não expressa a conquista democrática de maneira adequada. Contudo, apresenta um pequeno avanço em relação à organização da escola, pois o Art.14 da referida Lei, abre a possibilidade da participação em conselhos para a tomada de decisões e elaboração do Projeto Político- Pedagógico como podemos perceber nos dois incisos que compõem o artigo:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

II – Participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes (LDB nº 9394/96).

Já o art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

De fato, uma meta de trabalho deve ser planejada. Contudo, a democratização da gestão e da própria escola pública só se efetivará quando a própria comunidade conceber-se no seu papel de partícipe deste processo, entendendo aqui como partícipe, o envolvimento/interação, embora que muitas ações já sejam pré-determinadas.

Reconhecendo a escola como espaço de participação de todos, não se pode pensar uma gestão democrática que não esteja interligada com todos os processos da escola. Nesse sentido, falar de gestão pedagógica, participativa e democrática é, sobretudo, saber o papel que cada membro da comunidade escolar tem na escola reconhecendo a real importância da escola na formação do ser humano.

Nessa perspectiva, Galina e Carbello (2008, p. 37) apontam a necessidade de: [...] intensificar o diálogo com a comunidade, despertar no cidadão a consciência crítica e estimular a participação de todos, [...]. Sentir-se a pessoa valorizada, acolhida e respeitada em suas opiniões pode ser o primeiro passo para a concretização dessa tão sonhada participação coletiva, não só dos pais, mas da comunidade em geral (GALINA; CARBELLO, 2008 p. 37).

Quanto o envolvimento/participação da comunidade escolar é de suma importância a reelaboração do Projeto Político-Pedagógico, cabendo a equipe gestora encontrar mecanismos que favoreça tal envolvimento, conforme destaca PARO (2000, p.47) “[...] se estamos interessados na participação da comunidade na escola é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/impede a participação dos usuários [...]”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Envolver a comunidade escolar se tornou um grande desafio, a grande maioria ainda não se sente responsável por esse processo. Por meio da reflexão feita, percebeu-se que a reelaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola não é tarefa fácil. Pelo contrário, é um processo complexo, mas nosso compromisso baseia-se em proporcionarmos à comunidade escolar um ensino de qualidade, que resulte em um processo de aprendizagem, onde todos tenham acesso ao saber historicamente produzido pelo homem e a partir dele sejam capazes de construir uma sociedade justa e democrática.

Assim, uma experiência inovadora passa a ser vivida na escola e o envolvimento coletivo começa a ser visto como uma ação a ser conquistada cotidianamente. Mesmo que lentamente, os sujeitos estão envolvendo-se mais de forma espontânea, sem ranços para planejar.

A busca por este envolvimento é um dos poucos caminhos viáveis para que escola e família consigam superar as dificuldades enfrentadas na educação de seus filhos/alunos, buscando assim um fortalecimento intrínseco, só que para isso é imprescindível o comparecimento e o envolvimento da comunidade na escola.

De fato, as tentativas de mudanças estão ocorrendo, apesar da lentidão. O simples fato de perceber que o Projeto Político- Pedagógico já é visto como um instrumento de organização escolar e negado como apenas mais um item burocrático, pode ser considerado um avanço bem significativo. Ainda, quanto à gestão democrática, convém reforçar que esta não depende unicamente do gestor, por mais que ele tenha a intenção de ser democrático. Um bom trabalho, nessa perspectiva, só é possível quando toda a comunidade escolar se propõe a esse fim. Nesse caso, o gestor deve oportunizar de forma constante ocasiões de diálogo, reflexões e momentos de convivência humana.

Entretanto, as condições de trabalho, por vezes, dificultam um maior envolvimento nas ações da nossa escola. Sobrecarga de aulas, salas lotadas,

condições de materiais precárias e a indisciplina dos alunos, são alguns fatores que não justificam a nossa omissão, mas são fortes estímulos para o comodismo. Um aspecto importante, nesse contexto de mudanças que, como vimos, precisam acontecer em diversos âmbitos da educação, é a formação dos profissionais. Essa formação deveria estar mais voltada para o coletivo, visando o bem comum, já que, na maioria das vezes nossa cultura costuma reforçar o individualismo, cada professor trabalha pensando na sua aula, sem socializar/integrar os conhecimentos adquiridos nos estudos realizados. O trabalho final não correspondeu totalmente com o esperado, uma vez que não houve, por parte da comunidade escolar, o envolvimento desejado.

O primeiro encontro realizado com representantes do Conselho Escolar contou com poucos convidados. O segundo, que envolveu professores, direção e demais funcionários, contou com a presença de um número um pouco mais significativo. Alguns aspectos merecem destaque, como forma de justificar a pouca participação nos encontros. Foram determinantes: a agenda atribulada da maioria (muitos professores trabalham em mais de uma escola), a ausência de um horário comum a todos, a não valorização desse tipo de trabalho por parte de alguns, por não reverter em benefício próprio (esse fator, por si só, já descarta os sábados, dia em que a maioria poderia participar) e, principalmente, a obrigatoriedade de cumprimento do calendário escolar. Não se trata, porém, de achar um culpado para essa questão, tampouco eu não me considero única responsável. Todas as possibilidades foram analisadas criteriosamente. Quanto à escola pesquisada, que é também a minha escola de atuação não foi medido esforços, através da direção e da equipe pedagógica. Cabe lembrar que, nessas reuniões, normalmente o tempo é curto para abordar os assuntos que se fazem urgentes na escola. Ressalto que, uma coisa é estar atuando quarenta horas semanais em sala, com alunos, e enxergar os problemas sob a ótica do cotidiano escolar e ter o privilégio de atuar 40 horas na mesma escola. Outra, totalmente diferente, é dividir as 40 horas em 3 ou 6 escolas como é o caso aqui e olhar para a escola por outro viés. É nessa hora que surgem inquietações que não percebemos em meio à rotina de trabalho, ou, então, nos “fechamos” para elas, achando que desaparecerão num passe de mágica.

Parece que a maioria da comunidade escolar não se sentia capaz, nem responsável com o processo escolar, talvez porque não sentir-se como parte

importante deste processo. Após este curso foi possível perceber a escola por outro viés. Em outra oportunidade pensaria trabalhar muito mais com planejamento participativo, projetos, intercâmbios com a comunidade, muito mais comunicação entre escola e família e tentaria transformar o medo e o receio do novo em ações compartilhadas.

Nesta oportunidade foram adquiridas aprendizagens como a de que é de fundamental importância uma gestão democrática participativa e coletiva e que seja democratizado o que foi decidido.

Para encerrar as reflexões deste texto, não me atrevo a fazer nenhum julgamento a respeito da escola pesquisada, até mesmo porque essa não foi a intenção que moveu a investigação. Seria precipitado fazer qualquer tipo de avaliação, visto que a situação dessa instituição não deve ser muito diferente das demais escolas do Estado. Ouso dizer, porém, que o caminho que ela já trilhou em direção à democracia é bem significativo. Para concluir este texto, a lição que ficou é de que não devemos medir esforços para fazer a nossa parte por uma escola e sociedade mais justa, dando mais qualidade a aprendizagem e construir não a escola que temos, ou a que queremos, mas aquela que merecemos de forma democrática e participativa.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; CAMARGO, R. B. de. A gestão democrática na constituição federal de 1988. p.69-78. In: OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. **Gestão financiamento e direito à educação: análise da LDB e da constituição federal**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – **Lei no 4.024/1961**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/htm. Acesso em: 10 Jun. 2010.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– **Lei no 9.394/1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei> Acesso em: 10 Jun. 2010.

CARBELLO, Sandra R.C.; GALINA, Irene de Fátima. **Instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública**. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1090-4.pdf>>;

DOURADO, L. F. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**, 2004.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática e qualidade de ensino. Anais do Iº Fórum Nacional. Desafio da Qualidade Total no Ensino Público. Belo Horizonte - MG, 28-30 jul.1994.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto Pedagógico da escola cidadã**. Construindo a escola cidadã. Brasília: MEC, 1998. (Série de Estudos de Educação a Distância).

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GALINA, Irene de Fátima. Gestão democrática e Instâncias colegiadas. In: CARVALHO, Elma Júlia (org). Caderno Temático - **Gestão Escolar**. Material pedagógico produzido no PDE. Maringá, 2007.

GALINA, I. F.; CARBELLO, S. R. C. **Instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008.

GANDIN, Danilo. **Planejamento Como Prática Educativa**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 25-48 e 81-86.

GANDIN, Adriana; GANDIN, Danilo. Gestão Democrática e Planejamento Participativo. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). **Formação a distância para gestores da Educação Básica**: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

LÜCK, Heloísa (et. al.). **A escola participativa**: O trabalho do gestor escolar. Petrópolis, RJ: Vozes. 2005.

MARTINS, R. B. Educação para a cidadania: o projeto político pedagógico como elemento articulador. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de (orgs.). **Escola**: espaços do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo. 2002 Editora Ática. ISBN 85-08-06522-1

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª ed. São Paulo. Editora Ática, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

PADILHA, Paulo Roberto. **Caminho para uma escola cidadã mais bela prazerosa e aprendente**. Pátio, Porto Alegre: Artmed, n.25, p.12-15, fev. 2003.

PIMENTA, Selma Garrido. **O pedagogo na escola pública**. São Paulo: Loyola, 1991.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa-ação?** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/40/Projeto_Vivencial/PV. Acesso em 04 de novembro de 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. Coleção temas básicos de pesquisa-ação. 11ª. Ed. São Paulo - SP: Cortez, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira). Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3>>

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A escola em debate**: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. Retratos da Escola, Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.

Disponível em:

<http://www.ic.ufmt.br:8080/c/document_library/get_file?p_l_id=12683&folderId=53266&name=DLFE-2406.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2014.

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VIEIRA, S.L. **Escola – função social gestão e política educacional**. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A.da S. (orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO (Para pensar)

Qual é o conhecimento que você tem do Projeto Político-Pedagógico?

O que você pensa sobre o mundo em que vivemos?

Procure destacar aspectos positivos e negativos que você percebe na família, na escola, na cultura, na política entre outros elementos da sociedade.

Que tipo de sociedade queremos construir?

Como você imagina a escola ideal, capaz de ajudar a construir a sociedade que queremos no mundo em que vivemos?

Questionário (Para entregar)

Você conhece o Projeto Político-Pedagógico da escola e participou da sua construção?

Qual é seu grau de instrução?

Você participa das atividades da escola e por quê?

Você vai à escola com qual frequência e participa dos seus projetos?

Qual é a importância que você acha que tem a educação escolar na vida do seu filho?

Para você qual é a função da escola?

O que você espera da escola para seu filho?

Como são recebidos quando vão à escola?

MARCO REFERENCIAL

A partir das indicações abaixo, fale as suas respostas.

a) Marco Situacional

O que você pensa sobre o mundo em que vivemos? Procure destacar aspectos positivos e negativos que você percebe na família, na escola, na cultura, na política entre outros elementos da sociedade.

b) Marco Filosófico

Que tipo de sociedade queremos construir?

Quais as características que deveria ter essa sociedade pela qual valeria a pena lutar?

Como seriam as pessoas com quem conviveríamos nessa sociedade ideal? Que valores devem permear a formação dessas pessoas? E hoje, como podemos contribuir para que as pessoas sejam assim (como as da sociedade ideal)?

c) Marco Operativo (a realidade desejada)

Como você imagina a escola ideal, capaz de ajudar a construir a sociedade que queremos no mundo em que vivemos?